

FERNANDO DE AZEVEDO, O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Nubia Carla Ferreira Cabau

Maria Luisa Furlan Costa

Annie Rose dos Santos

RESUMO:

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, vivenciamos o que muitos estudiosos chamam de “Terceira Revolução Industrial” ou “Revolução Tecnológica”. Essas novas tecnologias provocaram o surgimento de uma nova organização social, econômica, política e cultural que afeta diretamente a educação. Fazemos um contraponto com o intelectual Fernando de Azevedo (1894-1974), que também viveu em uma época de transição, marcada por muitas contradições. No entendimento de que em cada momento histórico realizamos o que nossa materialidade proporciona, neste artigo utilizamos o estudo bibliográfico, cujo objetivo é discutir as tecnologias de informação e comunicação (TIC) à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Na busca por reunir elementos teóricos e históricos que possam auxiliar na compreensão do PNE, especialmente das novas tecnologias de informação e comunicação, nosso referencial teórico é o pensamento de Fernando de Azevedo, na esperança de que esta investigação contribua para as discussões sobre a relevância das TIC na educação para o próximo decênio.

Palavras-chave: educação; tecnologias de informação e comunicação; plano nacional de educação.

INTRODUÇÃO

A educação e as formas de planejamento educacional no Brasil sempre foram objeto de estudo de renomados autores, consagrados pela história, cada um com um olhar diferenciado sobre essa temática, considerando seu contexto histórico e as circunstâncias políticas do país.

Ao nos referenciarmos no pensamento do intelectual, sociólogo e educador Fernando de Azevedo, fazendo um contraponto com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, buscamos, neste artigo, reunir elementos teóricos e históricos que auxiliem na compreensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) presentes no Plano Nacional de Educação (PNE), já que Azevedo, ainda que no século passado, apontava em suas discussões a importância das novas tecnologias como poderoso instrumento educativo.

Inicialmente, apresentamos o PNE, instituído pela Lei 13005/14, promulgada em 25 de junho de 2014, que o aprova juntamente com o Sistema Nacional de Educação. Salientamos que esse é o segundo PNE aprovado em forma de lei, visando à superação de desigualdades

históricas no acesso, qualidade e permanência de estudantes em todos os níveis e modalidades e se consolida como política de Estado em prol da garantia do direito à educação de qualidade para todos. A fim de que as desigualdades no acesso, qualidade e permanência sejam superadas, metas e estratégias foram estabelecidas levando em consideração o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, há uma incorporação das TIC por todos os setores da sociedade, pois elas estão presentes em todas as áreas e, indubitavelmente, influenciam e transformam a vida social. É inegável que se trata de uma nova linguagem, de uma nova forma de se comunicar, um novo código, conhecido como linguagem digital. Tal linguagem criou novas formas de comunicação, de aprendizagem, de colaboração, em uma dimensão conhecida como interatividade. Os setores econômicos se apropriaram rapidamente dessas inovações e observamos que a educação, mesmo que a passos mais lentos, também discute as possibilidades e vantagens dessa tecnologia e inclui nas propostas do PNE (2014-2024) estratégias que destacam o papel das TIC como alternativa tecnopedagógica.

As alterações produzidas pelas novas tecnologias são conhecidas como a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica. Tais transformações provocaram, segundo Coll e Monereo (2008), o surgimento de uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural, conhecida como Sociedade da Informação.

Ao estudarmos Fernando de Azevedo (1894-1974), observamos a relevância do pensamento desse intelectual, sociólogo e educador nas considerações a respeito da educação, e em sua defesa pela necessidade de um plano nacional de educação e de sua valorização às tecnologias disponíveis à sua época.

Fernando de Azevedo foi um intelectual bastante crítico quanto ao papel da escola e da educação. Formado em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco, aos 45 anos já era “figura consagrada nas nossas letras científicas e humanísticas” (VILA NOVA, 2000, p.105). Destacando-se como sociólogo e educador, foi integrante do movimento reformador da educação pública; na década de 1920, fundou a Biblioteca Pedagógica Brasileira e, em 1932, redigiu e lançou, juntamente com 25 intelectuais e educadores brasileiros, o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**.

Penna (2010) assinala que Fernando de Azevedo ocupa lugar de destaque na história da educação no Brasil

[...] por suas ideias e por sua ação, esteve adiante da maioria dos educadores do seu tempo, levantando as bandeiras históricas da burguesia progressista e

liberal. Atualíssimas são suas indagações sobre a natureza e finalidades da educação num Brasil em processo de transformação e inserção no modo de produção capitalista como nação periférica e dependente (PENNA, 2010, p. 11).

As indicações e análises de Azevedo sobre a educação nacional foram importantes e inspiradoras que até hoje verificamos sua marca presente, tanto nas interpretações relativas à cultura do Brasil quanto nas políticas de educação que trataremos posteriormente.

FERNANDO DE AZEVEDO E O MANIFESTO DOS PIONEIROS

Fernando de Azevedo nasceu em 02 de abril de 1894 na cidade mineira de São Gonçalo do Sapucaí, faleceu em São Paulo, em 1974. Em busca de contextualizar o leitor sobre a importância de Azevedo para a educação brasileira, encontramos na Coleção Educadores uma referência da importância deste autor nos projetos e estudos referentes à educação nacional.

A Coleção Educadores trata-se de um projeto com o propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação brasileira com o objetivo de mostrar o que fizeram e pensaram alguns dos principais expoentes da história educacional nos planos nacionais e internacionais. Elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) em cooperação técnica com a Unesco, a Coleção traz um volume dedicado à obra de Fernando de Azevedo. Nesse volume, Maria Luiza Penna empreende um profundo estudo do pensamento azevidiano e suas reflexões atinentes às relações entre educação e mudança social, encerrando com completa cronologia e bibliografia do autor, em que é possível observar que Fernando de Azevedo foi um homem com múltiplos interesses intelectuais. Da educação física às ciências sociais, transitou pelo ensino de latim e de psicologia, pela crítica literária, pela investigação sobre a arquitetura colonial e sobre a educação paulista. Iniciou o curso de Direito no Rio de Janeiro e concluiu em São Paulo, mas não se dedicou à advocacia, já que, desde 1914 optou pelo magistério ao lecionar no Ginásio do Estado em Belo Horizonte, MG.

Saviani (2008) corrobora Penna ao ressaltar que, paralelamente ao magistério, Azevedo dedicou-se ao jornalismo e foi na condição de jornalista que “organizou um amplo inquérito sobre a situação da educação no estado de São Paulo” (SAVIANI, 2008, p.208). Esse trabalho foi publicado com o título **A Instrução Pública em São Paulo** e reeditado sob o nome **A Educação na Encruzilhada**.

Entre 25 livros, escreveu obras consideradas pioneiras no campo das ciências sociais como **Princípios de Sociologia** (1935) e **Sociologia Educacional** (1940). Na área da

educação, destacamos **A Cultura Brasileira** (1943), extensa obra de mais de 800 páginas, dividida em três partes: os fatores da cultura, a cultura e a transmissão da cultura, cada parte com cinco capítulos sendo que a educação é abordada na terceira parte, onde Azevedo apresenta um estudo sobre a educação desde seus primórdios com a colaboração dos jesuítas até a análise da educação no Brasil após a Revolução de 1930.

Em relação à sua atuação em cargos administrativos na esfera educacional, citamos: diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); diretor geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). Soma-se a estes feitos a fato de Fernando de Azevedo ter importante participação no processo de fundação da Universidade de São Paulo (1934). Na sequência, discorreremos sobre o cenário nacional e o contexto histórico em que se insere Fernando de Azevedo.

Em 1889, a República foi proclamada, mas a economia brasileira mantinha o sistema agrário, no qual o café era o produto mais cultivado no Brasil, e o produto de exportação brasileiro. Todavia, o início da industrialização e urbanização trouxe consigo transformações econômicas e sociais e, conseqüentemente, o surgimento de novas classes sociais, acentuando-se a luta entre proletários e burgueses por meio da criação de sindicatos, de partidos operários, de movimentos sociais nacionalistas e católicos.

Saviani (2008) assevera que os partidos operários criados com a Assembleia Constituinte de 1891 passaram a reivindicar o ensino público, criticando a “inoperância governamental no que se refere à instrução popular e fomentaram o surgimento de escolas operárias e de bibliotecas populares” (SAVIANI, 2008, p.182).

Tais transformações refletiram-se na educação e o movimento de modernização da educação e do ensino aponta as manifestações da mocidade militar que começou a se rebelar contra as oligarquias, o coronelismo e contra uma justiça tardia e silenciosa, até chegar ao “tenentismo” e à Revolução de 1930.

A cultura nacional e os meios culturais brasileiros também sofreram influências das novas correntes culturais que se formavam na Europa e que acarretaram a Semana de Arte Moderna (1922). Essas correntes europeias como o surrealismo, o futurismo e o dadaísmo, adquiriram, no Brasil, um poderoso caráter nacionalista, que pregava o rompimento com os

modelos europeus dominantes nas manifestações artísticas. Como exemplo de artistas brasileiros nacionalistas podemos citar os escritores Euclides da Cunha e Lima Barreto, a artista plástica Tarsila do Amaral e o maestro e compositor Heitor Villa-Lobos.

Essas influências culturais chegaram à educação, repercutindo nos setores do ensino, ou seja, na transmissão da cultura. Os educadores brasileiros logo estavam engajados na crítica à precária organização escolar e aos atrasados métodos de ensino e “como resultado dessas preocupações, abriu-se o ciclo das reformas de educação e ensino” (LEMME, 2005, p.167).

Com a crise da forma burguesa de produção europeia, em que os mercados se abarrotavam de mercadorias e a miséria dos trabalhadores aumentava consideravelmente, muitos imigrantes passaram a dirigir-se para o Brasil. Esses imigrantes chegavam com um nível cultural e profissional mais elevado, além de ideias partidárias sociais mais avançadas, influenciando e provocando mudanças no cenário brasileiro, que era, até então, um país de analfabetos. Esse cenário contribuiu e interferiu diretamente nas relações e na forma de produção do trabalho no processo histórico brasileiro.

Em sua grande obra **A cultura Brasileira**, Fernando de Azevedo demonstra sua preocupação com a diversidade étnica, social e psicológica dos habitantes das diferentes regiões do Brasil. Ao traçar um perfil e atribuir qualidades diferenciadas aos “povos do norte” e aos “povos do sul”, apresenta-os como “dois tipos tão nitidamente diferenciados” e conclui que “as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais” (PENNA, 2010, p.136). Essa é uma das afirmações que nos leva a ponderar que, mesmo em um país de dimensões continentais como o Brasil, os interesses das forças dominantes sobrepujaram as características regionais e impuseram-se como forma de ser e de agir do povo.

Na mesma obra, Azevedo discorre sobre seu racionalismo radical ao abordar os problemas da cultura brasileira, a qual considerava fundamental, e já apontava para a relação entre as mudanças tecnológicas da época, julgando que sem uma modificação de mentalidade não haveria uma real transformação da vida social porque, segundo ele, “a cultura é uma forma de ser que determina, em aspectos fundamentais, a consciência” (PENNA, 2010, p.17).

O período entre 1926 e meados de 1970 caracteriza-se como o mais importante da produção intelectual azevediana, uma época de transição, com muitas contradições. Mas as décadas de 1960 e 1970 marcaram, no cenário internacional, as primeiras tentativas de construção de teorias baseadas nas tecnologias de informação e comunicação, a saber: o rádio,

a televisão e o próprio ensino por correspondência. Como referências de pesquisa nessa área, podemos citar Charles Wedemeyer, Borje Holmberg, Michael Grahame Moore e Otto Peters.

Em **A Transmissão da Cultura** (1976), terceira parte da obra **A Cultura Brasileira**, com cinco capítulos com as perspectivas históricas e culturais sobre a educação no Brasil, Fernando de Azevedo, ao analisar a renovação e a unificação do sistema educativo, cita a importância do rádio e do cinema como “principais elementos de difusão e de conservação da cultura” (AZEVEDO, 1976, p.208), e argumenta que estes exerceram profundas influências no sistema das relações humanas:

De todas as invenções do espírito científico, o cinema e o rádio não são apenas as mais belas, as mais carregadas de espírito poético e as que abrem novos horizontes à arte e ao pensamento. Poderosos instrumentos educativos e culturais, de informação, de propaganda e de ensino, fatores de educação popular, de primeira ordem, pelo seu extraordinário poder de sugestão, desempenham um papel tão importante que a sua influência não só se pode comparar, mas já se considera superior à do jornal diário, sobretudo em países onde são ainda numerosos os iletrados (AZEVEDO, 1976, p.208).

Em cada momento histórico, realizamos o que nossa materialidade proporciona, e nesse sentido, verificamos que Fernando de Azevedo discute as questões que estavam postas em seu tempo. Todavia, as questões por ele levantadas são de uma atualidade inegável, como podemos conferir na seguinte afirmação:

O estudo das conexões entre as mudanças tecnológicas, as relações humanas e os valores mostra que a essas transformações corresponde uma mudança nos estímulos e nas respostas emocionais e mentais, nas maneiras de pensar, de sentir e de agir e, portanto, do espírito do povo. É a uma dessas mudanças que estamos assistindo, com a introdução da técnica industrial e sob o impacto da urbanização, e que, acarretando transformações correlatas na mentalidade, não podem ficar sem consequências no caráter nacional, alguns de cujos traços se modificam, acentuando agora as diferenças regionais entre o norte e o sul, o leste e o oeste do país, para atenuá-las depois e à medida que se for expandindo e aumentando em intensidade o fenômeno de urbanização. No entanto, parece haver uma unidade orgânica, um núcleo central, durável ainda que móvel, que pouco ou muito lentamente se modifica, e pelo qual, apesar de mudanças a muitos respeitos essenciais, se reconhecem o gênio da nação e o retrato que dele aqui se traçou (PENNA, 2010, p.144).

Esse é o cenário em que Fernando de Azevedo estava inserido, mas salientamos que o momento atual parece carecer desse mesmo estudo sobre as mudanças tecnológicas, as relações humanas e a maneira como esses estímulos transformam a maneira de pensar, sentir e agir do povo. Novamente nos encontramos em um período de transformação com a globalização, as novas tecnologias e as contradições causadas por um mundo capitalista em

detrimento dos interesses da coletividade; deparamo-nos com um cenário brasileiro que ainda discute as desigualdades no acesso, qualidade e permanência de estudantes, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Sendo assim, torna-se também necessário entender o processo histórico que culminou com a elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação (2001-2010) e do segundo Plano Nacional de educação (2014-2024) a fim de compreender os caminhos que nos levaram a chegar já na segunda década do século XXI no contexto de uma educação que ainda busca como objetivos o processo de institucionalização da escola com características de gratuidade, obrigatoriedade e laicidade, sem, porém, alcança-los totalmente.

Em seu **Manifesto Comunista** (1998), Marx explica que a história, em qualquer época, sempre se tratou da história da luta de classes, e que o homem, ao se transformar pelo trabalho, transforma a sociedade que o cerca, e nessas transformações, cria as condições de sua existência histórica.

Essa dualidade foi observada por Fernando de Azevedo ao afirmar que “em nenhuma época do século XIX, depois da Independência, se prepararam e se produziram acontecimentos tão importantes como no último quartel desse século em que se verificou o primeiro surto industrial” (AZEVEDO, 1976, p.115). Ao analisar a dualidade do sistema educativo da época, aponta como a transformação da estrutura econômica vigente determinou um novo ritmo de vida e o país, até então ligado à tradição agrícola, pela primeira vez afirmava sua vontade de industrializar-se.

É nesse contexto que entendemos o processo de construção da escola pública no Brasil, uma escola que buscava formar para o trabalho, mas, ao mesmo tempo, formar o cidadão eleitor, que deveria ser altruísta, solidário e responsável pelo bem público.

Percebemos que nada é mais atual do que discussões que apresentem a educação como um dos maiores problemas nacional, sendo possível observar que os problemas de qualidade, permanência e acesso ainda são pontos não superados:

[...] o panorama brasileiro continua apresentando desigualdades no acesso, qualidade e permanência de estudantes, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Para a efetiva garantia desse direito fazem-se necessárias políticas e gestões que visem à superação do cenário, requerendo a construção do SNE e do PNE como política de Estado consolidada na organicidade entre os processos, na organização, regulação, fiscalização, ação sistêmica e no financiamento (CONAE, 2014, p.13).

Da mesma forma **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, do qual Fernando de Azevedo foi o redator, lançado em 1932, apresenta-se relevante nas discussões relativas à

educação daquele momento, porque mesmo que defenda uma perspectiva de educação liberal burguesa, expressa o desejo nacional de escola pública para as classes populares. A rigor, pode ser considerado como o primeiro Plano Nacional de Educação. Sob esse ponto de vista, Lemme (2005) assinala:

O *Manifesto dos Pioneiros* tornou-se, indiscutivelmente, um documento histórico, não somente pelo seu caráter abrangente, como dissemos, na definição de uma política nacional de educação e ensino, mas também porque foi único no gênero em toda a história da educação no Brasil (LEMME, 2005, p.172).

Com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao Governo”, o **Manifesto dos Pioneiros** pode ser considerado como marco inicial da preocupação dos educadores da época com um projeto nacional de educação, com visão sistêmica, de totalidade, o que é possível observar já na introdução, com a afirmação de que “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação” (AZEVEDO, 2010, p.33).

Ao afirmar que até então os sistemas de organização escolar eram fragmentados e desarticulados e, portanto, não atendiam às necessidades modernas do país, o Manifesto nos mostra ainda hoje como essa problemática continua atual, e a educação da qual tratavam os educadores da época não conseguiu romper as barreiras do fragmentalismo e de políticas públicas desarticuladas.

Lemme (2005) assinala que o **Manifesto dos Pioneiros** pressupunha a existência de uma sociedade homogênea e democrática, regida pelo princípio da igualdade, porém esta não é a realidade da sociedade brasileira desde os seus primórdios até os dias atuais.

Como contexto histórico, podemos asseverar que o Manifesto se insere em um momento em que a educação das classes populares se fazia necessária, com o desenvolvimento de uma cultura nacional e de integração do trabalhador no mercado de trabalho. E a educação tem o papel de disciplinar esses trabalhadores nessa nova forma de produção capitalista. Ao apresentar a educação, a cultura e o ensino no período, Lemme (2005) aponta que “o desenvolvimento e a diversificação da indústria traziam como consequência natural a necessidade de uma melhor preparação de mão-de-obra, com reflexos na quantidade de escolas e na qualidade do ensino” (LEMME, 2005, p.166).

É possível constatar que as iniciativas do Manifesto conectam-se ao atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) ao observarmos que, em sua estrutura, o Plano apresenta metas orientadas para “enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades

educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania” (MEC, 2014, p.9).

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024) E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988, temos um novo conceito de participação social na formulação das políticas públicas, pois a Constituição passou a representar a pluralidade dos atores sociais articulados por meio das entidades da sociedade civil organizada, ficando, por isso, conhecida como “Constituição Cidadã”. Em seus artigos 212 e 214, dispõe sobre os sistemas de ensino, os recursos da educação e o Plano Nacional de Educação. Costa e Oliveira (2013) sublinham que “à medida que a CF/1988 estabeleceu a obrigatoriedade de criação do PNE por lei, possibilitou assegurar a continuidade das políticas educacionais independentemente de governo, mas sim como projeto de nação” (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p.103).

Assim, o primeiro PNE aprovado em forma de lei foi o que vigorou no decênio 2001-2010 pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Já a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o segundo PNE aprovado por lei.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília, em 2010, que trouxe a mobilização de educadores e da sociedade civil em torno da educação, configura-se em importante referência para as afirmações aqui apresentadas e teve como um dos principais objetivos delinear as bases do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

O PNE 2011-2020 configurou-se somente como projeto de lei¹, PL 8.035/10, que tramitou durante dois anos e meio, com amplos debates entre a sociedade civil e legisladores, por meio de audiências públicas e seminários.

Paralelamente a essa discussão, aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Educação – CONAE/2014, planejada e organizada nos anos de 2011 e 2012 e realizada em 2013 e 2014 (CONAE 2014, p.10).

¹O projeto de lei do Executivo, enviado em dezembro de 2010, previa a aprovação do PNE para o decênio 2011-2020 – o que era, francamente, muito improvável, a não ser que a tramitação nas duas Casas do Parlamento fosse concluída ainda em 2011. Após o término da tramitação, o texto final fez o ajuste, estabelecendo o PNE 2014-2024. Assim, quando a referência for ao projeto do Executivo, será mantida a data do documento oficial, 2011-2010. Quando for à Lei nº 13.005/2014, a referência será 2014-2024 (BRASIL - PNE 2014, p.15).

As discussões recentes sobre a educação apontam a necessidade de gerar mudanças para construir sistemas e instituições que promovam a equidade e a ampliação dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo em que mantenham a qualidade da formação e a formação para o trabalho. Como podemos perceber, esses temas já se faziam presentes no Manifesto dos Pioneiros e no pensamento de Fernando de Azevedo, em sua obra **A Cultura Brasileira** e também no **Manifesto dos Educadores**, em que observamos sua postura frente à educação nacional:

Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas (AZEVEDO, 2010, p.90).

Entretanto, o diferencial do contexto histórico em que Fernando de Azevedo estava inserido para o momento atual é que se pretende trazer a sociedade para esse debate. A articulação com diferentes instituições, movimentos sociais e a instituição de fóruns e conselhos de educação em todas as esferas do poder público configura-se um novo desafio na história da educação brasileira, “sobretudo aqueles que, reiteradamente, negaram um mesmo sistema público de educação de qualidade para todos/as os/as cidadãos/ãs, ao contrário do que aconteceu nos países que viabilizaram a organização de um sistema nacional próprio” (CONAE,2014 p.18).

É importante ressaltar que a Lei 13005/14, além de aprovar o PNE, também institui o Sistema Nacional de Educação:

Art. 13. O poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

O SNE foi apontado, na CONAE 2014, como vital em uma forma de organização que viabilize o alcance dos fins da educação em sintonia com o estatuto constitucional do regime de colaboração entre os sistemas de ensino (federal, estadual, distrital e municipal). Fica evidente, a partir dessas premissas, que o SNE torna-se de fundamental importância na efetivação das diretrizes para a construção e consolidação de um PNE como política de Estado. Assim, a construção de um Sistema Nacional de Educação poderá “propiciar

organicidade e articulação à proposição e materialização das políticas educativas, por meio de esforço integrado e colaborativo, a fim de consolidar novas bases na relação entre os entes federados, para garantir o direito à educação e à escola de qualidade social” (CONAE, 2014, p.21).

No entanto, destacamos que, embora aprovado em forma de lei, o PNE e o SNE (que deverá ser instituído em 2016) ainda são motivo de luta dos movimentos sociais e dos educadores, já que os atuais cortes no financiamento para a implementação das metas previstas mostram que os recursos ficarão aquém do que é necessário para a efetiva implantação das propostas e metas nele contidas.

Ao observarmos os desafios e a grandiosidade da proposta do PNE, devemos considerar que todas as estratégias para garantir o direito à educação e à escola de qualidade devem ser consideradas. Nesse cenário, as novas tecnologias de informação e comunicação não podem e nem devem ser desprezadas, já que se constituem importante ferramenta, utilizada amplamente por países desenvolvidos e em desenvolvimento na superação dos desafios ora apresentados.

Como exemplo do uso dessas tecnologias, apresentamos a Meta 10 do PNE, com ênfase para a educação a distância.

A Meta 10 tem como objetivo “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”, o PNE considera, em sua estratégia 10.3:

Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância (MEC, 2014, p.37).

Na estratégia 10.3 do PNE estão presentes as características e necessidades consideradas por Moore (2007) como razão pela qual a educação a distancia e, com ela, as tecnologias de informação e comunicação, têm recebido um “maior interesse dos planejadores em anos recentes em sugerir alguns dos motivos por que existe a possibilidade de um desenvolvimento adicional” (MOORE, 2007, p.8).

Para o efetivo alcance da Meta 12 do PNE, que tem a finalidade de “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a

qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público observamos novamente que as tecnologias de comunicação e informação devem ser valorizadas a fim de que o acesso a educação superior, nesta faixa etária, deixe de ser um dos mais baixos em relação aos países desenvolvidos e também em grande parte dos países da América Latina. Para que se alcancem tais objetivos, a estratégia 12.2 prevê:

[...] ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (MEC, 2014, p.41).

Ao mencionar o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a meta 12.2 estabelece relação com a educação a distância, e, neste ponto, podemos ver as TIC como importante ferramenta para que os objetivos propostos nesta estratégia se efetivem por intermédio do sistema UAB.

No Brasil, a EaD está presente em grande parte das Instituições Públicas de Ensino Superior por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil, que cumpre papel fundamental como modalidade de ensino capaz de atingir os propósitos estabelecidos pelos mecanismos de políticas públicas para a oferta de educação de qualidade a toda população.

Ao tratar da política nacional de formação de professores, em sua meta 15, o PNE estabelece o prazo de um ano de vigência para que todos os professores da educação básica possuam licenciatura na área de conhecimento em que atuam, considerando que esta é condição essencial para que o professor assuma seu real papel em todas as etapas e modalidades de ensino, objetivando que a formação acadêmica passe a ser vista como um direito do professor. Porém essa proposta não se consolidou, constituindo-se em uma meta ainda a ser alcançada. Parece-nos que essa meta está por ser atingida não há um ano somente, mas há décadas, como observamos nas afirmações de Fernando de Azevedo no **Manifesto dos Educadores:**

O professorado de ensino primário (e mesmo o do grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos (AZEVEDO, 2010, p.71).

Evidenciamos a contribuição que o uso das tecnologias pode ter nesse processo, com programas específicos para a formação de professores de modo a assegurar o foco no

aprendizado, respeitando-se a capacitação do professor em exercício, valorizando os saberes e práticas docentes, ampliando programas permanentes de iniciação a docência. Ou seja, em quase todas as estratégias da meta 15 do PNE é possível observar que as tecnologias de informação e comunicação trazem não só um diferencial, mas configuram-se também como um facilitador desse processo.

Podemos afirmar que as TIC oferecem, hoje, um nível de diálogo e interação como nunca antes alcançado; com as facilidades da internet banda larga, alunos podem estar conectados em qualquer lugar, a qualquer tempo, independente da distância. E essa é realmente uma grande revolução, que deve ser apropriada pela educação como um todo.

Para essa ponderação, encontramos eco em Keegan (2002) que, ao analisar a teleconferência e a chegada das novas tecnologias, considera que:

Cada aluno pode não somente interagir com as idéias de outros, mas também fazê-lo no seu próprio tempo e ritmo. Isto é algo que não existia no passado, nem na educação a distância, nem na educação convencional. Este formato pode oferecer a todos os alunos o benefício de compartilhar a aprendizagem, reduzindo os obstáculos experimentados por muitos alunos na educação convencional, uma vez que o aluno mais lento e reflexivo torna-se capaz de contribuir tanto quanto o mais rápido e extrovertido (KEEGAN, 2002, p.10).

Para além dessa afirmação, observamos que são muitos os obstáculos que podem ser suplantados com as TIC, como a facilidade ao acesso por alunos distantes geograficamente, a redução de custos, tanto por parte do aluno quanto dos sistemas educacionais, a possibilidade de combinar trabalho e educação, a superação das desigualdades, entre outros.

Constatamos que, atualmente, professores e alunos utilizam as TIC mesmo que informalmente, pois acessam e compartilham informações por meio de e-mails, aplicativos, redes sociais, partilhando conhecimento e saberes a todo o tempo, em qualquer lugar. Ou seja, as TIC já fazem parte da forma de interação e comunicação das pessoas, e esse é um caminho sem volta. É inegável que a tecnologia transformou o modo de se relacionar, de se comunicar, de buscar informação e conhecimento. Resta, portanto, a educação fazer o melhor uso destas tecnologias a fim de superar obstáculos e facilitar o aprendizado em todos os níveis e modalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As tecnologias de informação e comunicação transformaram a forma de interação, de relacionamento e de aquisição de conhecimento da sociedade contemporânea. A linguagem digital e as novas tecnologias estabelecem novas relações e valores humanos e, como já

afirmava Fernando de Azevedo, tais mudanças correspondem às maneiras de pensar, de sentir e de agir do povo. A tecnologia sempre esteve presente na vida do homem e, conseqüentemente, na forma de educar e nas bases em que essa educação é estabelecida.

As questões postas por Fernando de Azevedo discutem os problemas educacionais de um Brasil que começava a pensar a escola pública para todos, observando as vantagens que as tecnologias disponíveis à época poderiam trazer a essa educação.

Tais questões continuam presentes no atual PNE, inclusive com o Sistema Nacional de Educação, já pensado por Azevedo como forma de assegurar uma política de educação universal, sem distinção de qualquer ordem, obrigatória e gratuita, assegurando a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas.

O **Manifesto dos Pioneiros** (1932) significou um avanço na defesa da escola pública para as classes populares, com repercussão na constituição de 1934 e, portanto, com conseqüências políticas, assim como a Constituição Federal de 1988 vem garantir, legalmente, um Plano Nacional de Educação. Pensado em forma de lei, constitui um marco para a educação no Brasil.

Todavia, nem todas as metas estabelecidas no primeiro PNE (2001-2010) foram alcançadas e o cenário futuro não é muito promissor quanto ao efetivo alcance das metas estabelecidas pelo segundo PNE (2014-2024).

É evidente, portanto, a contribuição que o uso das TIC podem ter nesse processo. Com as facilidades das conexões de banda larga para transmissão de imagens, áudios e vídeos além de textos, podemos, parafraseando Fernando de Azevedo, utilizá-las como “poderosos instrumentos educativos e culturais, de informação e de ensino, fatores de educação popular, de primeira ordem, que pelo seu extraordinário poder de sugestão, desempenham um papel tão importante que sua influência não só se pode comparar, mas se considerar superior não à do jornal diário (como citou o autor), mas à da educação tradicional, sobretudo em países onde são ainda numerosos, não os iletrados (como citou o autor), mas os que carecem de formação e saber” (1976, p.208).

Assim, concluímos que a revolução da informação pode ser também a revolução da educação, que ao se apropriar do uso das tecnologias de informação e comunicação, poderá utilizá-la como mais uma das ferramentas que garantirá aos alunos o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em qualquer tempo, hora ou lugar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da Cultura**: parte 3. da 5. Ed. da obra A Cultura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, Brasília, 1976.

AZEVEDO, Fernando de. [et al]. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana, 2010, 122p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série Legislação, n. 125, Brasília, 2014. 86p.

BRASIL. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm Acesso em: 18 Abril 2016

BRASIL. **Lei 10172/01, de 9 de Janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em 18 Abril 2016.

BRASIL. **Lei 13005/14, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 15 Jan. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Conae 2014: Documento Final**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> Acesso em: 15 Jan. 2016

COLL, César; MONEREO, Carles e colaboradores. **Psicologia da Educação Virtual. Aprender e Ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Artmed Editora S.A. Porto Alegre 2010. Tradução Naila Freitas

COSTA, Maria Luisa Furlan; OLIVEIRA, Silvana Aparecida Guietti. O Lugar da Educação a Distância no Plano Nacional de Educação (2011-2020). **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 1, p. 97-112, Janeiro/Abril 2013.

KEEGAN, D. (1993) Teoria da Distancia Transaccional. Traduzido por Wilson de Azevedo, revisão de tradução José Manuel da Silva. In: **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distancia**, São Paulo, agosto 2002. Tradução de: Theoretical Principles of Distance Education.

LEMME Paschoal – O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.86, n.212, p.163 – 178, jan./abr. 2005

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **A reconstrução educacional no Brasil**. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MEC. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. MEC/ SASE, 2014.

MOORE, Michael; G. KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Massangana, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VILA NOVA Sebastião. **Revista Ciência & Trópico** Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v.28, n.1, p.105-117, jan/jun. 2000